



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA N.º 8 /2018-GP*

Dispõe sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº. 101/2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a dezembro de 2017, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 23 de janeiro de 2018.

Desembargador **DILERMANDO MOTA PEREIRA**
Presidente do TRE/RN

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>DESPESA COM PESSOAL</u>	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.580.813,84	-
Pessoal Ativo	92.816.080,84	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	21.764.733,00	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.443.866,75	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	683.938,75	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.759.928,00	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	94.136.947,09	-
APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)¹	727.254.323.971,32	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	94.136.947,09	0,012944
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	178.170.036,83	0,024499
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	169.261.534,99	0,023274
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - <%>	160.353.033,15	0,022049

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COF/SAO, 22/01/2018 às 14:00h

Notas: ¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofreram alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limite Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 54, de 18/01/2018.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alíneas "a" e "b")

GRUPO DESTINAÇÃO DE RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a-(b+c+d+e))		
Recursos vinculados à Seguridade Social (exceto Previdência)		-	-	-	-	-	-	-	
	0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados à Previdência Social (RPPS)		0,34	-	-	-	-	0,34	-	-
	0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-	-	-
	0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	0,34	-	-	-	-	0,34	-	-
Recursos de Operações de Crédito e Receitas Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
	0188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		1.703,40	-	-	-	-	1.703,40	205,00	
	0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.703,40	-	-	-	-	1.703,40	205,00	-
	0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-	-	-
	0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-	-	-
	0327 - Custas e Emolumentos - PJ - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros recursos vinculados	27.821,92	-	-	-	27.821,92	-	-	-
	0190 - Recursos Diversos	27.821,92	-	-	-	27.821,92	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		29.525,66	-	-	-	27.821,92	1.703,74	205,00	-
Recursos Ordinários		4.704.345,99	515.408,35	76.032,18	1.941.228,78	-	2.171.676,68	2.171.676,68	-
	0100 - Recursos Ordinários	4.704.345,99	515.408,35	76.032,18	1.941.228,78	-	2.171.676,68	2.171.676,68	-
	0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		4.704.345,99	515.408,35	76.032,18	1.941.228,78	-	2.171.676,68	2.171.676,68	-
TOTAL (III) = (I+II)		4.733.871,65	515.408,35	76.032,18	1.941.228,78	27.821,92	2.173.380,42	2.171.881,68	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹		0,34	-	-	-	-	0,34	-	

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COF/SAO, em 22.01.2018, às 14h.

¹ A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas:

- O modelo estabelecido na 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais foi adequado para permitir a identificação por Fonte de Recursos, conforme orientações do Tribunal de Contas da União.
- Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

3. A coluna "Insuficiência financeira verificada no Consórcio Público" foi suprimida por integrar o Relatório de Gestão fiscal do Poder Executivo de cada ente consorciado.
4. Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" foram incluídos os valores de limite de restos a pagar autorizado no montante de R\$ 2.889.315,32.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

LRF, art. 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	727.254.323.971,32

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	94.136.947,09	0,012944
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	178.170.036,83	0,024499
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	169.261.534,99	0,023274

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.171.881,68	2.173.380,42

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: COF/SAO, em 22.01.2018, às 14h.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

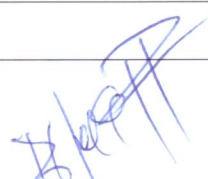

R\$ 1,00

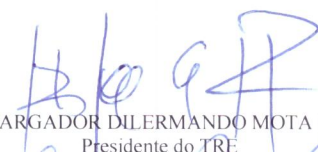
	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.580.813,84
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	20.443.866,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	94.136.947,09

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	727.254.323.971,32
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DPT sobre a RCL (V) = (III/IV) *100	0,012944%

	% DA RCL	VALOR
LRF, ART 20, incisos I, II e III	0,024570%	178.686.387,40
Resol CNJ 5/2005 Ato decorrente\2: Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,024545%	178.504.573,82
Resol CNJ 26/2006 Ato decorrente \2:		
Resol CNJ 177/2013 Ato decorrente \ 3: Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,024499%	178.170.036,83
Justiça do Trabalho/ Ato Conjunto TST.CSJT/2015\3		



DESEMBARGADOR DILERMANDO MOTA PEREIRA
Presidente do TRE



HANYÁ PEREIRA REGO
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria



ANDRÉA CARLA GUEDES TOSCANO CAMPOS
Diretora Geral



MARCOS LAEL OLIVEIRA ALEXANDRE
Secretário de Administração e Orçamento

* Republicada por incorreção